

**Por uma epistemologia decolonial em perspectiva  
afrodiaspórica e contra-colonial na Linguística Aplicada  
Brasileira**

**For a decolonial epistemology in an afrodiasporic and  
Countercolonial perspective in Brazilian Applied Linguistics**

Marco Antonio Lima do Bonfim\*

\*Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza - CE, 60714-903,  
e-mail: marco.bonfim@uece.br

Francisco Erik Washington Marques da Silva\*\*

\*\*Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza - CE, 60714-903,  
e-mail: francisco.erik@aluno.uece.br

Maria Edleuza Silva\*\*\*

\*\*\*Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza - CE, 60714-903,  
e-mail: edleuza.silva@aluno.uece

**Resumo:** O artigo propõe uma epistemologia decolonial em perspectiva afrodiaspórica (FANON, 1968, 2008; KILOMBA, 2019; BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2019, GOMES, 2017, 2019) e contra-colonial (SANTOS, 2019) na Linguística Aplicada Brasileira a partir da análise discursivo-pragmática do genocídio do negro brasileiro (NASCIMENTO, 1978). Para tanto, abordaremos a relação entre linguagem e raça sob dois aspectos centrais: a) o racismo em conexão com o colonialismo no Brasil e b) a perspectiva contra-colonial e quilombola. No campo dos Estudos da Linguagem em nosso país, existem algumas pesquisas (MAGALHÃES, 2004; MARTINS, 2004; LANTHAM, 2006, entre outras/os) que mobilizam as categorias linguagem, identidade e raça de maneira imbricada. No campo aplicado, temos tido cada vez mais uma virada decolonial (BONFIM, 2016) que tem buscado “alternativas, sem os purismos ou fundamentalismos característicos da colonialidade, para a construção de descolonialidades na compreensão do mundo e da vida social” (GUIMARÃES; VESZ, 2019, p. 7-8). Nesse sentido, sustentamos a tese de que nossas práticas linguísticas são racializadas e que por isso a linguagem não pode prescindir de ser analisada em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação que participa(r)am da construção de corpos, identidades raciais e de gênero ao longo do sistema-mundo-patriarcal-capitalista-colonial-moderno (GROSGOUEL, 2010). Desse modo, entendemos que a Linguística Aplicada Brasileira necessita de uma perspectiva, de uma epistemologia decolonial afrodiaspórica e contra-colonial.

**Palavras-chave:** epistemologia decolonial; contra-colonial; linguística aplicada.

**Abstract:** This article proposes a decolonial epistemology in perspectives afrodiasporic (FANON, 1968, 2008; KILOMBA, 2019; SANTOS, 2019; BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2019, GOMES, 2019) and Countercolonial (SANTOS, 2019) in the Brazilian Applied

Linguistics based on the pragmatic and discursive analysis dimension of the genocide of the black Brazilians (NASCIMENTO, 1978). Thus, we will approach the relationship between language and race under two main aspects: a) the racism in connection with the colonialism in Brazil, and b) the countercolonial and quilombola perspectives. The Language Studies field in Brazil has carried out some researches (MAGALHÃES, 2004; MARTINS, 2004; LANTHAM, 2006, among others) that mobilize the categories of language, identity, and race in an interwoven way. In the Applied Linguistics field, we have been having increasingly a decolonial turn (BONFIM, 2016) that has been seeking “alternatives, without the purisms or fundamentalisms which are typical of coloniality, for the construction of decolonialities in the world and social life comprehension” (GUIMARÃES; VESZ, 2019, p. 7-8). In this sense, we support the thesis that our language practices are racialized, therefore language cannot be analyzed without the appropriate articulation with colonial processes and with the forms of subjectivation that participates and have been participating in the construction of bodies, racial identities and throughout the system-world-patriarchal-capitalist-colonial-modern (GROSGOUEL, 2010). Therefore, we understand that Applied Linguistics needs as perspective a countercolonial and afrodiasporic epistemologies.

**Keywords:** decolonial epistemology; countercolonial; applied linguistics

## INTRODUÇÃO

A Linguística Aplicada pode ser entendida como uma ciência social (MOITA LOPES, 2006) que, ao conceber a linguagem e as línguas em uma perspectiva socioconstrucionista, busca investigar “qual o papel das práticas discursivas na criação, manutenção ou transformação de processos de exclusão social” (FABRÍCIO; PINTO, 2013, p. 11). Encarar nossas práticas discursivas, nosso modo de investigar a linguagem em perspectiva decolonial tem se tornado cada vez mais um movimento forte e muito promissor. Nesse sentido, buscamos neste artigo defender uma epistemologia decolonial em perspectiva afrodiaspórica e contra-colonial na Linguística Aplicada Brasileira.

Por esse olhar, defendemos, por um lado, que a noção de língua tanto quanto a de linguagem deve ser vista como parte fundamental dos processos de hierarquização violentos e naturalizados por meio das relações de poder sustentadas pela colonialidade, e, por outro, pretendemos visibilizar a nossa (de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras) corpo-geopolítica do conhecimento acerca de nossos usos linguísticos por meio de nosso *locus* de enunciação.

No que diz respeito ao primeiro termo (corpo-geopolítica do conhecimento), explicitamos a leitora e ao leitor, que estamos nos baseando em Grosfoguel (2010). Este autor, ao partir do pensamento feminista negro (COLLINS, 1990) articulando tal perspectiva à noção de geopolítica do conhecimento (DUSSEL, 1998), à produção

fanoniana (FANON, 1952) acerca da internalização do racismo pelos sujeitos colonizados e, por fim, às reflexões de Anzaldúa (1987), propôs a noção de corpo-política do conhecimento. Esta categoria permite-nos dizer que “falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder” (GROSGOUEL, 2010, p. 459).

Noutras palavras, todo conhecimento (mesmo o conhecimento eurocentrado) possui um *locus* de enunciação que performa com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais. Portanto, embora possa ser feita aqui alguma relação com o conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2019a, 2019b), no sentido de *locus social*, “isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum” (RIBEIRO, 2019b, p. 35), a noção de *locus* de enunciação tanto quanto a de corpo-geopolítica (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019), acentua e complexifica este lugar social enquanto *um lugar de enunciação epistêmico* produzido a partir de uma experiência corpo-geopolítica de ser negro/a, por exemplo.

Este artigo pensa com e a partir da localidade epistêmica negra, ou melhor, afrodiaspórica e contra-colonial. Para tanto, abordaremos a relação entre linguagem e raça sob dois aspectos centrais: a) o racismo em conexão com o colonialismo no Brasil e b) a perspectiva contra-colonial e quilombola. O artigo está estruturado em três seções. Na primeira relacionamos Linguística Aplicada, colonialismo e racismo epistêmico. Na segunda, apresentamos a atitude contra-colonial enfatizando as epistemologias quilombolas e indígenas, e na terceira seção, realizamos uma análise discursivo-pragmática da constituição linguística da criminalização de corpos negros no Brasil.

## 1. LINGUÍSTICA APLICADA, COLONIALISMO E RACISMO EPISTÊMICO

A Linguística Aplicada (LA) é uma área de pesquisa que surgiu como “evolução do ensino de línguas nos Estados Unidos durante e após a II Guerra Mundial” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 11) tendo como objeto a teorização sobre os processos de ensinar e aprender línguas estrangeiras, foi difundida pelo mundo e chega ao Brasil no final dos anos 1960. Esse caráter aplicacionista (de aplicar as teorias da linguística estrutural ao ensino de línguas) foi, cumulativamente, sendo rompido a partir do crescimento da perspectiva pragmática da LA, que no Brasil, atingiu seu auge nos anos 2000, quando as

discussões e publicações neste campo giravam em torno da interdisciplinaridade ao ponto de desaguardarmos em uma LA indisciplinar (MOITA LOPES, 2006).

De acordo com Moita Lopes (2006), o termo indisciplinar (de)marca a LA não como uma disciplina, no sentido estrito, mas como uma área de estudos que tem como foco as relações entre linguagem e vida social e por isso é constantemente atravessada por outras abordagens, tais como os estudos feministas, estudos pragmáticos, estudos *queer*, estudos descoloniais, estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas, configurando uma hibridização na produção epistemológica a fim de analisar nossas atuações linguístico-sociais na contemporaneidade.

A nosso ver, a LA brasileira da última década tem cada vez mais confirmado a afirmação de Bonfim (2016) referente a uma virada decolonial no campo aplicado, isto é, o fato de estarmos tendo cada vez mais linguistas aplicadas/os, que afetadas/os pela posição “de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 99) têm problematizado o impacto da colonialidade do poder nos estudos da linguagem, especificamente na linguística aplicada; endossando a tese da descolonização do conhecimento (MIGNOLO, 2003, 2017) e propondo teorizações, análises e agendas de pesquisa “com olhos do Sul, para o Sul” (KLEIMAN, 2013, p. 50 ) ou melhor, que colaborem “para construir um conhecimento decididamente anticolonial, antiocidentalista e antimodernista” (MOITA LOPES, 2013a, p. 234).

Citamos, a título de comprovação desta virada descolonizadora na LA brasileira, as publicações de Moita Lopes (2006, 2013b), Pinto (2010, 2018), Alencar; Ferreira (2016), Correa et al (2019) e o dossiê *Práticas linguísticas e (des)colonialidades*, Revista *RAÍDO* (2019), além de vários eventos acadêmicos no campo aplicado que tem cada vez mais incluído ora o termo *descolonial* ora o termo *decolonial* em seus títulos. No entanto, em grande parte destas produções, o principal aspecto – raça – que embasa a crítica do projeto decolonial é frequentemente mencionado e/ou tematizado como uma das marcações de diferença social, ou seja, exceto as publicações de linguistas negras/os como Ferreira (2015), Muniz (2016; 2020), Nascimento (2019, 2020) e Souza et al (2020), (que fazem linguagem e raça dialogarem criticamente) não se tem uma perspectiva marcadamente decolonial no campo aplicado.

É importante dizer que os estudos decoloniais tem a pretensão de refundar as relações de poder nas Américas a partir da crítica dos efeitos, em nossas vidas, da lógica da colonialidade, “compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz

de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36). De acordo com Mignolo (2003, p. 15) a colonialidade se apresenta em três níveis: colonialidade do poder (no âmbito da economia e política); colonialidade do saber (posicionamento epistêmico-filosófico-científico, racial, e visão da relação entre línguas e conhecimento); e, colonialidade do ser (subjatividade e controle da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros). A decolonialidade, portanto, coloca-se como um projeto acadêmico-político de intervenção sobre a realidade, como um movimento, como uma (entre tantas) opção política e epistemológica que visa combater a atuação do racismo enquanto uma dimensão estruturante do sistema-mundo moderno colonial, busca, enfim ser uma resposta à colonialidade.

O termo *decolonial* nasce no âmbito do Grupo Modernidade/Colonialidade, formado no final dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos como: Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gomes, Edgardo Lander e, mais recentemente, Maria Lugones. Pesquisadores/as vinculados/as a diversas universidades nas Américas (cf. BALLESTRIN, 2013). Embora o grupo tenha se desarticulado em 1998, estes/as intelectuais continuam produzindo (cada um/a ao seu modo), reforçando, problematizando e/ou ampliando aspectos necessários para a decolonização do conhecimento.

É comum encontrarmos em algumas publicações tanto a grafia *decolonial* quanto *descolonial*. Walsh (2013), por exemplo, prefere o uso de *decolonial* argumentando (a partir do significado do prefixo *des* em castelhano) que o termo *descolonial* pode ser entendido como sublinhando a transição de uma situação colonial para uma situação não-colonial, quando na verdade não se trata apenas de uma proposta de reverter a colonialidade, mas de termos uma postura e uma atitude contínua de transgredir, intervir, insurgir-se contra a matriz de poder colonial gerada pela colonialidade.

Neste texto utilizamos a expressão *pensamento decolonial afrodiaspórico*, que de acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfoguel (2019, p. 09), “abarca a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas [...]”. Na verdade, muito do que os/as intelectuais oriundos do Grupo Modernidade/Colonialidade propõem já vinha sendo elaborado por vários/várias pensadores/as negros/as, tais como: Cheikh Anta Diop, Chinua Achebe, Marimba Ani, Aimé Césaire, Nah Dove, Kwame Anthony Appiah, o próprio Frantz Fanon, Audre Lorde, bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, entre outros/as. No Brasil, estas abordagens já vinham sendo postuladas desde a década

de 1980 com Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, que só vieram a ter a sua corpo-geopolítica reconhecida mais recentemente.

A nosso ver, há ainda uma presença pequena de um pensamento decolonial afrodiaspórico no campo aplicado brasileiro, e isto se deve a: 1) quando as teorias descoloniais são trazidas para dialogar com/na LA, a visão dominante é a das “epistemologias do Sul”<sup>1</sup> (cf. MOITA LOPES, 2006, 2013a; ALENCAR; FERREIRA, 2016) e 2) o *locus* de enunciação e a corpo-geopolítica do conhecimento afrodiaspórico, por conta do racismo epistêmico, não têm tido a visibilidade e reconhecimento devido em várias áreas do saber, incluindo a LA .

Portanto, seguindo o chamado da socióloga negra Ângela Figueiredo (2017), de que é “preciso desenvolver novas epistemologias e novas metodologias do conhecimento; é preciso ir além das sociologias das ausências e das urgências de que nos fala Boaventura Souza Santos” (FIGUEIREDO, 2017, p. 102), argumentamos que é preciso explicitar ideias, intervenções e elaborações que estão presentes na tradição do pensamento negro e convocá-las para um *ebó epistemológico* (RUFINO, 2018a, 2018b) dentro da LA.

É nesse sentido, que trazemos a perspectiva do médico e psiquiatra negro caribenho Frantz Fanon (1968, 2008) acerca da relação entre linguagem e raça. Nossa intenção aqui é argumentar e visibilizar a nossa (de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras) corpo-geopolítica do conhecimento acerca de nossos usos linguísticos por meio de nosso *locus* de enunciação, isto é, procuramos (de)marcar a inextricável conexão entre o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador (que neste caso é negro/a).

Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), o primeiro, um sociólogo negro brasileiro e o segundo, um sociólogo porto-riquenho, o

*locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas *hierarquias raciais*, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016, p. 19 – grifo nosso).

---

<sup>1</sup> O termo *epistemologias do sul* faz referência as publicações capitaneadas pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. O Sul “é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”. (SANTOS, 2010, p. 50). Em nossa percepção, tal perspectiva (também referida como descolonial) mesmo fazendo referência ao sul global não incorpora um *locus* de enunciação e uma corpo-geopolítica do conhecimento afrodiaspórico.

Assim sendo, mergulhemos em Fanon (2008), especificamente no primeiro capítulo desta obra *O negro e a linguagem*. Fanon, por meio de uma abordagem do *uso da língua entre colonizador e colonizados*, introduz sua tese acerca do complexo de inferioridade engendrado colonialmente entre negros antilhanos. Diz ele que: “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Essa afirmação nos leva a entender que este intelectual negro apontava já a relação entre linguagem, racismo antinegro e a colonização. As línguas, portanto, estão diretamente ligadas a lugares corpo-políticos e a um contexto hegemônico ou subalternizado que constituirão sujeitos colonizadores e colonizados. Esse processo não ocorre, ressaltamos, deslocado da *violência colonial*, que nas palavras de Fanon (1968), “não se propõe apenas manter, em atitude respeitosa, os homens submetidos, trata também de os *desumanizar*. Nada será poupado para liquidar as suas tradições para *substituir as suas línguas pelas nossas*” (FANON, 1968, p.12-13 – grifo nosso)

Não só nesse contexto das lutas pela libertação de África analisado por Fanon, mas também contemporaneamente, as relações raciais estruturam as nossas práticas linguísticas e, por essa razão, a linguagem deve ser vista como parte fundamental dos processos de hierarquização violentos e naturalizados por meio das relações de poder sustentadas pela colonialidade do poder, do saber e do ser (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2019), isto é, pela continuidade das relações coloniais na atualidade por meio de uma estrutura de dominação social que se organiza racialmente, (MIGNOLO, 2003, 2017).

Do ponto de vista linguístico, argumentamos que *nossas práticas linguísticas são racializadas*, o que significa que se a tarefa da/do linguista aplicada/o é investigar a língua enquanto prática social, faz-se necessária uma LA que não apenas tenha um caráter anticolonial, antirracista e antipatriarcal, uma LA que está assentada (quer queira a branquitude ou não) em epistemes que têm sustentado o racismo secular baseado na geopolítica do conhecimento eurocentrado (GROSGOUEL, 2016). Necessitamos de uma perspectiva de LA que tenha uma *atitude contra-colonial e antirracista*. A nosso ver, esta visão de LA opera por meio de três *rasuras epistêmicas* (SOUZA, et al, 2020): 1) assenta-se e visibiliza o *lôcus* de enunciação e a corpo-geopolítica do conhecimento afrodiáspórico; 2) Na tese de que *não há atividade linguística que seja desracializada*; e

3) linguistas aplicadas/os devem assumir os efeitos de sua branquitude<sup>2</sup> tanto em sua prática de pesquisa e ensino no campo aplicado como no cotidiano, sob pena de (re)produzirem o racismo epistêmico. Uma vez que as duas primeiras rasuras já foram explicitadas apresentaremos melhor a terceira.

Ao adotarmos a perspectiva de que nós, os usuários da linguagem, somos racializados tal como as línguas, temos que entender que em qualquer prática linguística alguém (branco/a) racializa o outro (negro/a), mas nesse processo não se racializa como um sujeito racializado, como um sujeito tido como universal (FANON, 1968; NASCIMENTO, 2019) e que possui vantagens materiais e simbólicas. Estamos falando aqui daquele/a que é lido socialmente como branco/a e que propositalmente silencia(se) em torno de sua posição geopolítica e corpo-política nas relações raciais e na produção de conhecimento, como aponta a psicóloga negra Maria Aparecida Bento.

De acordo com Bento (2002), essa postura da branquitude em não se racializar, em não falar com outras pessoas brancas acerca de suas vantagens raciais estrutura um *pacto narcísico* entre brancos/as “*um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil*” (BENTO, 2002, p. 137- grifo nosso). Outro aspecto constituinte deste pacto, reside na percepção acerca de nós, negros/as, em situação de igualdade em termos, por exemplo, de produção do conhecimento, “se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar” (BENTO, 2002, p.138).

Nesse sentido, a epistemologia hegemônica em LA no Brasil, por mais crítica que venha a ser se não tiver, por parte de pesquisadoras e pesquisadores brancos/as desta área a atitude de compreender e problematizar que elas/eles se beneficiam e praticam um racismo epistêmico, na medida em que seu *lôcus* de enunciação é visto como desracializado (porque ser branco/a é o padrão normativo), a nosso ver, tais linguistas aplicadas/os estarão contribuindo para a reprodução de um epistemicídio, nos termos da

---

<sup>2</sup> Branquitude é um termo usado por várias/os pesquisadoras/es (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2014; entre outras/os) ligados aos Estudos Críticos da Branquitude (*Critical Whiteness Studies*), ou seja, estudos que racializam a/o branca/o nas relações raciais. Ser socialmente lido como branca/o, em um país racista como o Brasil, é ter vantagens sociais, materiais e simbólicas, é ter privilégio racial. Portanto, a “branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2014, p. 94).



filósofa negra Sueli Carneiro (2005). Epistemicídio denomina um processo contínuo de produção da indigência cultural por meio da “produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Tal epistemicídio tem sido (mesmo diante de um contexto acadêmico que tende a ser mais diverso e plural) cada vez mais exercido no contexto científico, como atestam Figueiredo; Grosfoguel (2007), ao afirmarem que “qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos” (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007, p. 229). Uma vez explicitada a relação entre LA, colonialismo e racismo epistêmico, passaremos, na próxima seção, a discorrer acerca do que vem a ser atitude contra-colonial.

## 2. A ATITUDE CONTRA-COLONIAL: EPISTEMOLOGIAS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

Para começarmos a compreender o conceito de *contra-colonial* ou *contra colonização* é necessário entender o que é colonização, principalmente sob a ótica das/dos quilombolas e indígenas. Na concepção dos povos quilombolas e indígenas, a colonização é denominada como *invasão* (SANTOS, 2019; TREMEMBÉ, 2019), pois já havia outros seres humanos ocupando esse território que hoje chamamos de Brasil, antes denominado de terra de Pindorama (Terra das Palmeiras), pelos povos de língua Tupi. Povos esses que foram nomeados pelos europeus de *índios*.

Tal como os povos indígenas foram nomeados de *índios* pelos europeus, os povos africanos foram nomeados de negros e essa foi uma das táticas utilizadas para dominar os povos africanos, sendo que esses povos possuíam diversas autodenominações. Nesse sentido, os colonizadores, por meio da generalização utilizando os termos *negros* e *índios* concretizaram um dispositivo de dominação por meio do ato de nomear. Para o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2019) - lavrador, formado por mestras e mestres de ofícios, morador do Quilombo Saco-Curtume, localizado no município de São João do Piauí,

Essa técnica é muito usada por adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja,

os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estava tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar (SANTOS, 2019, p. 20)

Diante disso, entendemos que “a colonização são todos os *processos etnocêntricos de invasão*, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2019, p. 35 – grifo do autor) e por contra-colonização compreendemos “[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2019, p. 35). A contra-colonização é uma postura, modo de vida, cosmovisão, territórios contra a colonização e em defesa da *continuidade da ancestralidade*, seja ela indígena ou africana.

Para as comunidades contra-colonizadoras, a terra é de uso comum e o que nela se produz deve ser utilizado em benefício de todos, sendo que a cosmovisão dos sujeitos destas comunidades é uma *cosmovisão é circular e não linear*, heterogênea e não homogênea, de tal modo que a maioria de suas manifestações culturais são em roda (capoeira, gira, xirê, toré etc). Santos (2019) demonstra, no entanto, que a colonização é ainda um processo que ameaça todas as comunidades que ainda continuam a viver em modos, significações e cosmovisão diferenciada da que foi imposta a todos os povos do mundo, a europeia.

Abdias do Nascimento (1979), ativista e intelectual do movimento negro brasileiro, foi um dos que demonstrou como o colonialismo continua entre nós por meio do projeto de extermínio que acomete a população negra brasileira, o genocídio negro. Ressaltamos que esse genocídio não acomete só a população negra, mas também a população indígena. Milanez (et al, 2019) denunciam:

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais (MILANEZ et al, 2019, p. 2163).

A invisibilização do genocídio e racismo que sofrem os povos indígenas no Brasil é uma forma de praticar esses atos de extermínio em massa. Importante para a nossa

discussão é o conceito de *confluência* proposto por Santos (2019). Diz o intelectual quilombola que este termo se refere à “[...] lei que rege a relação de convivências entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual” (SANTOS, 2019, p. 68). Dessa maneira, os povos negros africanos e indígenas confluíram para resistirem a colonização e, até hoje, é fundamental continuar essa confluência para que continuem vivos.

### 3. ANÁLISE DISCURSIVO-PRAGMÁTICA DA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA CRIMINALIZAÇÃO DE CORPOS NEGROS NO BRASIL

Nesta seção, a fim de operacionalizar a perspectiva decolonial afrodiaspórica e contra-colonial de LA apresentada acima, selecionamos as categorias de entextualização e reentextualização postuladas pelos antropólogos linguistas Bauman & Briggs (1990), que, combinadas com a noção de confluência e de corpo-geopolítica do conhecimento, foram úteis para efetuarmos a análise de uma postagem no *Facebook* (2015).

Nosso interesse é analisar como a trajetória textual de atos de fala (AUSTIN, 1976) relativos à corpos negros e brancos atuam na produção performativa de corpos racializados. No caso do corpo negro, nosso enfoque foi na maneira como este corpo foi criminalizado, desumanizado, ao ponto de torná-lo um sujeito abjeto, sem valor que deve ser exterminado, segundo a lógica genocida.

O processo de entextualizar textos pode ser sintetizado da seguinte maneira: um texto/ato de fala ao ser descontextualizado (deslocado do seu contexto inicial), entextualizado (viajar por entre contextos) e reentextualizado em outra situação comunicativa se transforma em outro texto/ato de fala, apesar de carregar consigo as *propriedades indexicais* do contexto inaugural. Essa ação está relacionada, portanto, à trajetória de textos, discursos, imagens, corpos e identidades, à viagem deles no tempo/espaço (BLOMMAERT, 2010; BONFIM; ALENCAR, 2017). Entextualizar discursos é, em síntese, “o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional” (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 206).

Vejamos o texto a seguir que circulou durante alguns dias do mês de setembro de 2015 no *Facebook*:

Figura 01 – Meme sobre corpos negros e brancos



**FONTE:**

<<https://www.facebook.com/763835357011606/photos/a.821433841251757.1073741828.763835357011606/949103895151417/?type=3&theater>> Acesso em: 22 set. 2015.

É possível observar que se trata de um *meme*, ou seja, textos multimodais (KRESS; van LEEUWEN, 2001) produzidos no formato de sátiras para serem compartilhados e transitarem em redes sociais. Os *memes* constituem-se a partir da mesclagem de diversos gêneros discursivos (charges, tirinhas, fotos, trechos de outros textos etc.) e das diversas formas textuais (LIMA; GONÇALVES, 2017). No *meme* acima podemos notar (na parte superior) que há a representação de uma revista pessoal por parte da polícia militar. Aparecem quatro policiais revistando dois homens negros que estão próximos de um ônibus. A legenda segue com o ato de fala: *Se é negro e pobre, leva baculejo antes de chegar na [sic] praia só porque saiu da periferia.*

Visualizar o processo de entextualização discursiva é perseguir as trajetórias de um ato de fala em sua cadeia de várias entextualizações e sucessivas reentextualizações (SILVA, 2014). Noutras palavras, é perseguir os rastros, as pistas da circulação de um dado ato de fala. Nesse sentido, é possível observamos que a significação neste *meme* é alcançada não só pela relação de condicionalidade estabelecida entre ser negro, pobre e ser da periferia que resulta em levar *baculejo* da polícia, mas principalmente pela forma como o *meme* reentextualiza o discurso da relação direta entre negritude/favela/pobreza/crime fazendo-o viajar do seu contexto inicial (anos 1990) até o ano de 2015, ano em que é reentextualizado no *Facebook*.

Lopes (2010), ao pesquisar sobre o funk carioca no Rio de Janeiro, demonstra que tal associação, no Brasil, entre negritude/favela/pobreza/crime remonta a década de 1990,

em que o jovem negro da favela ou o funkeiro “vai sendo apresentado à opinião pública como um personagem ‘maligno/endemoniado’ e, ao mesmo tempo, paradigmático da juventude da favela, vista como revoltada e desesperançada” (HERSCHMANN apud LOPES, 2010, p. 34). Segundo a referida linguista, os chamados arrastões - entendidos como; “uma suposta ‘invasão’ de uma das praias mais famosas do Rio de Janeiro por centenas de jovens funkeiros, habitantes de favelas, que, segundo os jornais, só estavam lá para saquear os banhistas de classe média” (LOPES, 2010, p. 34) - contribuíram significativamente para a produção desta marca que foi colada ao corpo masculino negro.

A felicidade (AUSTIN, 1976), portanto, esta relação condicional é estabelecida por meio da entextualização desta marca sociorracial (negro+pobre+favelado+criminoso) que viajou no tempo e no espaço por meio de vários atos de fala que constituem principalmente as ordenações indexicais constitutivas da mídia impressa dos anos 1990 até meados de 1996: *Movimento funk leva desesperança* – Jornal do Brasil de 25/10/1992; *Funkeiros apedrejam ônibus e ferem 3*, O Globo, 10/08/1993; *Febre funk já matou 80*, O Dia, 12/09/1996 (LOPES, 2010, p. 34 ). Essa é a cadeia de várias entextualizações do ato de fala *se é negro e pobre, leva baculejo antes de chegar na [sic] praia só porque saiu da periferia* que foi constituindo-se em uma marca de diferença e hierarquia corporal (PINTO; AMARAL, 2016) sintetizada também na máxima: todo homem negro e pobre é ladrão, logo, deve levar baculejo da polícia.

Hierarquia porque corpos brancos, isto é, a branquitude por seu turno não é marcada desse modo. No mesmo *meme* a postura dos policiais sugere que eles ignoraram o fato de corpos brancos cometerem algum crime, alguma infração. Note que o ato de fala: *Se é branco e classe-média, sequer é impedido de cometer crime na frente da polícia* associado à imagem de dois corpos brancos masculinos destruindo a janela de um transporte público apresenta exatamente aquilo que constitui a identidade racial branca, a vantagem racial, simbólica e material.

Pois, mesmo “[...] em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2002, p.27). A brancura, ou seja, o fenótipo não-negro funciona como um dispositivo de poder que situa os corpos lidos socialmente como brancos em um lugar de poder e de autoridade. De acordo com a psicanalista angolana, artista interdisciplinar e feminista negra Grada Kilomba (2019, p. 56 – grifos do original), tal “[...] hierarquia introduz uma dinâmica na qual a *negritude* significa não somente ‘inferioridade’, mas também, ‘*estar fora do lugar*’ enquanto a branquitude significa ‘*estar no lugar*’ e, portanto, ‘superioridade’”.

Desse modo, a ordem indexical<sup>3</sup> racista que orientou os sentidos oriundos dos atos de fala que correlacionam ser negro e pobre a ser um provável delinquente é a mesma ordem indexical que orienta sentidos que marcam corpos brancos. No entanto, aqui a *raça* (principalmente por conta da colonialidade que penetra nossas relações sociais) funciona não para inferiorizar, mas para criar uma superioridade.

Portanto, o ato de fala *Se é branco e classe-média, sequer é impedido de cometer crime na frente da polícia* entextualiza discursos oriundos da época da escravização que materializa(va)m as relações coloniais de subordinação (do colonizador branco sobre o colonizado/a negro/a), silenciamentos e principalmente, a autoridade racial, na medida em que a branquitude (neste caso o homem branco de classe-média brasileira) raramente será reconhecida como sujeito que deve levar um baculejo da polícia, uma vez que no

[...] racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem (KILOMBA, 2019, p. 56).

Observamos, portanto, que a experiência vivida da *raça*, do gênero e da classe social é constitutiva de qualquer identidade social. Com a análise do *meme* foi possível perceber, por exemplo, como *raça*, gênero e classe se interseccionam para produzir corpos masculinos negros ou brancos, pobres/da periferia ou de classe média *dentro e fora* do lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura atual, o extermínio das/os negras/os é constitutivo de um projeto político implementado de várias formas, por meio de repressão e violência policial ou por meio da negação de direitos básicos que fomentam as desigualdades culminando em condições sub-humanas de sobrevivências. Nessa esteira, a violência contra as/os negras/os se estabelece também por meio da desvalorização de suas epistemologias, não

---

<sup>3</sup> De acordo com Silverstein “[...] ordem indexical é o conceito necessário para nos mostrar como relacionar o microssocial às estruturas macrosociais de análise de todo fenômeno sociolinguístico” (SILVERSTEIN, 2003, p. 193 – tradução nossa). Blommaert (2010) retoma a reflexão inaugurada por Silverstein e propõe que a noção de ordens de indexicalidade faz referência a submissão de qualquer produção semiótica a normas que - impostas pelas sociedades ou pelo próprio discurso - regem, controlam, disciplinam os processos de coconstrução do sentido.

reconhecendo as/os negras/os como sujeitos históricos do processo de construção do conhecimento, no caso deste estudo, de conhecimento produzidos por linguistas aplicados/as negros a partir e por meio de seu *locus* de enunciação.

Esse não reconhecimento ocorre exatamente devido à extensão da colonização, pois, nós, sujeitos negras/os fomos classificadas/os como pertencentes a uma raça inferior e, portanto, passamos a exercer a posição de sujeito colonizado. Nossos conhecimentos, saberes e cultura foram invisibilizados enquanto matriz onto-epistêmica. A partir da discussão e da análise discursiva realizada demonstramos como nossas práticas linguísticas são racializadas apontando de que modo as relações raciais estruturam as nossas atividades linguísticas, o que nos traz a necessidade de, em nossas análises, atentarmos para a forma como os processos coloniais (quer queiramos ou não) constituem não apenas nossas relações sociais, mas também a forma como estabelecemos nossas identidades corporificadas e generificadas.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Claudiana; FERREIRA, Dina. Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na nova pragmática do hemisfério sul. *D.E.L.T.A.* v. 32, n. 3, 2016. p. 613-632.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos. Linguística Aplicada, aplicação de linguística e ensino de línguas. In: KLEIMAN, Angela; CAVALCANTE, Marilda. (Orgs.). *Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e Comunicação*. Campinas: Pontes, 2005. p. 11-21.
- ANZALDÚA, Gloria. *Bordelands/La Frontera: the New Mestiza*. São Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1987.
- AUSTIN, John. *How to do things with words*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, 2013. p. 89-117.
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. *ILHA - Revista de Antropologia*, 1990. p. 185-229.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. CARONE, Iray; BENTO; Maria Aparecida. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016. p.15-14.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- BLOMMAERT, Jan. *A sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- BONFIM, Marco Antonio. *Pragmática dos corpos militantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UECE, Fortaleza, 2016.
- BONFIM, Marco Antonio; ALENCAR, Claudiana. Trajetórias textuais, indexicalidade e recontextualizações de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 18, 2017. p. 27-44.
- CANEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2005.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, v. 8, 2010. p. 607-630.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, Chapman and Hall, 1990.
- CORREA, Djane et al. (Orgs). *O sujeito acadêmico: descolonização do conhecimento?* Campinas: Pontes, 2019. p. 127-146.
- DUSSEL, Enrique. Beyond the Eurocentrism. The World-system and the Limits of Modernity. In: JAMESON, Frederic; MIYOSHI, Masao (orgs). *The Cultures of Globalization*. Durham, NC: Duke University Press, 1998. p.03-31.
- FABRÍCIO, Branca; PINTO, Joana. Inclusão e exclusão sociais em práticas discursivo-identitárias: microrresistências e possibilidades de agenciamento. In: FABRÍCIO, Branca; PINTO, Joana (Orgs). *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goânia: Cãnone Editorial, 2013. p.11-34.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERREIRA, Aparecida. *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.
- FIGUEIREDO, Ângela. Descolonização do Conhecimento no Século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita et al. (Orgs). *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2017. p. 77-106.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos: novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 59, 2007. p. 36-41.
- GOMES, Nilma. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2019. p. 223-246.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.455-491.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016. p. 25-49.
- GUIMARÃES, Thayse; VESZ, Fernando. (Orgs). Apresentação: práticas linguísticas e construção de (des)colonialidades na contemporaneidade. Dossiê Práticas linguísticas e (Des)colonialidades. *RAÍDO*, v.13, n.33, 2019. p.7-9.



- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.
- KLEIMAN, Ângela. Agenda de pesquisa e ação e Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org). *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.
- KRESS, Gunter; Van LEEUWEN, Teun. *Multimodal Discourse: The Modes and Media of Contemporary Communication*. London: Arnold, 2001.
- LATHAM, Eneida. Apresentação positiva do eu no discurso racista: uma análise crítica do discurso parlamentar sobre a questão da reserva de cotas para negros nas universidades. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina. (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p.255-275.
- LIMA, Ana Maria; GONÇALVES, Carla Jéssica. A argumentação como proposta discursiva dos memes. *Revista Tecnologias na Educação*, v. 19, 2017. p. 1-13.
- LOPES, Adriana. *Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca*. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2010.
- MAGALHÃES, Célia. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)curso*, v.4, 2004. p.35-60.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-54. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- MARTINS, André. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. Tese de Doutorado em Linguística. Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, UnB, Brasília, 2004.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32 n. 94, 2017. p. 01-18.
- MILANEZ, Felipe et al. Existência e Diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Praxis*. v.10 n.3, 2019. p.2161-2181.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. Como e porque teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013a. p. 101-119.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013b.
- MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. *DELTA*. v. 32, n. 3. 2016. p.767-786.
- MUNIZ, Kassandra. Linguagem como mandinga: população negra e periférica reinventando epistemologias. In: SOUZA, Ana Lúcia (Orga). *Cultura política nas periferias: estratégias de reexistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p.273-288.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- NASCIMENTO, Gabriel. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racialismo e do culturalismo racialista nos estudos da linguagem. *Polifonia*, v.27, n. 46, 2020. p. 68-94.
- PINTO, Joana. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. *Revista Linguagem em foco*, 2010. p.69-83.
- PINTO, Joana. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. *Revista ABPN*, v. 10, 2018. p. 704-720.
- PINTO, Joana; AMARAL, Daniela. Corpos em trânsito e trajetórias textuais. *Revista da ANPOLL*, v. 1, 2016. p. 151-164.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Polén, 2019a.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.
- RUFINO, Luiz. Pedagogias das encruzilhadas. *Revista Periferia*, v.10, n.1, 2018a. p. 71-88.
- RUFINO, Luiz; PEÇANHA, Cinésio (mestre Cobra Mansa); OLIVEIRA, Eduardo. Pensamento diaspórico e o “ser” em ginga: deslocamentos para uma Filosofia da Capoeira. *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras* v. 4, n. 2, 2018b. p.73-84.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Editora Ayô, 2019.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. (2014). Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da ABPN*. v. 6, n. 13, p. 134-147.
- SILVA, Daniel. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. *Linguagem em (Dis)curso*, v.14, n.1, 2014. p.67-84.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, v. 23, n. 3-4, 2003. p 193-229.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, Ana Lúcia et al. *Rasuras epistêmicas das (est)éticas negras contemporâneas (Seminário Rasuras 2017)*. Salvador: Edição Organismo e Grupo Rasuras, 2020.
- TREMembé, Telma. *Raízes do meu ser: meu passado presente indígena*. Fortaleza: Caixeiro Viajante de Leitura, 2019.
- WALSH, Catherine. *Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir e (re) vivir*. Quito: Catherine Walsh Editora, 2013.

Data de recebimento: 30/04/2021

Data de aprovação: 21/07/2021